



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

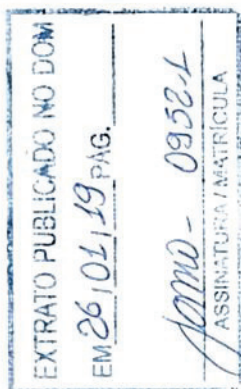
Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	
REGISTRADO	
Instr. Nº: 01	Folha Nº: 62
Responsável: Roberta	
Data: 23.01.19	Mat.: 2662-0

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.715.383/0001-40, situado na Rua Pium-i, 22, Bairro Cruzeiro, CEP 30.310-080, nesta Capital, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Sr. Josué Costa Valadão, presente a Diretora de Iluminação Pública, Sra. Patrícia De Sales Chaves Maruch, e a Assessora Jurídica, Sra. Patrícia de Figueiredo e Paula, doravante denominado **CONVENIENTE**, e a **PBH Ativos S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.593.766/0001-79, situada na Avenida Getúlio Vargas, 1.245, 12º andar, Bairro Funcionários, CEP 30.112-024, nesta Capital, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. Pedro Meneguetti, e pela sua Diretora Executiva, Sra. Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, doravante denominada **CONVENIADA**, considerando que:

- a Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, e o Estatuto Social da PBH Ativos S.A, preveem como seu objetivo social auxiliar o Município de Belo Horizonte na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;
- a PBH Ativos S.A. tem também como objeto social, nos termos do inc. VI do art.2º da Lei nº 10.003/2010, auxiliar o Município de Belo Horizonte em projetos de concessão e parceria público-privada;
- o Decreto Municipal nº 16.694, de 14 de setembro de 2017, atribuiu à PBH Ativos S.A. a função de coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação, prestando assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo Conselho Gestor de Parceiras Público-Privadas - CGP, sempre por meio de contratos ou convênios administrativos;
- o Município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, de acordo como que dispõe a Lei Municipal nº 10.897 de 30 de dezembro de 2015, realizou a Concorrência SMOBI n.º 005/2016, para a delegação da prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública;
- em 13 de julho de 2016, em razão da Concorrência SMOBI nº 005/2016, foi assinado contrato de concessão administrativa (Contrato de Concessão nº AJ 016/2016), entre o Município de Belo Horizonte e a BH Iluminação Pública S.A., com o prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir de 30 (trinta) dias após a publicação da Ordem Inicial de Serviço no Diário Oficial do Município – DOM que ocorreu em 23 de maio de 2017.



956 29



Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

Resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre o **CONVENENTE** e a **CONVENIADA** para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão para a delegação da prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obtenção, organização e gestão das informações e dados técnicos relacionados ao contrato de concessão necessários ao assessoramento prestado pela **CONVENIADA** são de responsabilidade do **CONVENENTE**, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

2.2. A **CONVENIADA** poderá consolidar as informações prestadas pelo **CONVENENTE**, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.

2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela **CONVENIADA** não possui natureza vinculativa, considerando que a atuação da **CONVENIADA** é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto nº 15.534/2014, no art. 3º do Decreto nº 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.003/2010.

2.4. O **CONVENENTE**, na condição de representante do Poder Concedente, é a responsável pela gestão do contrato de concessão e, portanto, pela validação dos produtos oriundos do presente acordo e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega, devendo os atos realizados no contrato serem tecnicamente subsidiados pelo seu núcleo setorial de parceria.

2.5. A troca de documentos e informações entre os convenientes e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE RESSARCIMENTO

3.1. O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os **CONVENENTES** ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária, no limite das responsabilidades atribuídas à **CONVENIADA** constante do subitem 6.2 da Cláusula Sexta do CONVÊNIO.

Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

3.2. As atividades indispensáveis à adequada execução do contrato de concessão que não estejam previstas no CONVÊNIO como de responsabilidade da **CONVENIADA** poderão ser objeto de termo aditivo e, conforme sua natureza, ensejarão a necessidade de ressarcimento por parte do **CONVENENTE**.

3.2.1. O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, documentado na ata de reunião do dia 24/11/2016, excluídas as porcentagens referente ao lucro e a margem operacional, restando somente as despesas diretas e indiretas, as quais serão previamente aprovadas pelo **CONVENENTE**, conforme documentos comprobatórios da realização dos referidos custos, observada a legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse entre os convenientes, respeitado o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS

O **CONVENENTE** e a **CONVENIADA** dispensam a constituição de garantias para assegurar sua plena execução.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Do CONVENENTE:

6.1.1. Designar formalmente o Núcleo Setorial de Parceria conforme determinação do art. 4º da Resolução CGP nº 001/2017, certificando-se que os membros tenham disponibilidade e dedicação prioritária para com os assuntos correlatos à PPP de iluminação pública, devendo a equipe, tanto quanto possível, ser composta por profissionais capacitados na área técnica correlata às atividades fins do **CONVENENTE**, na área jurídica e na área econômico-financeira;

6.1.2. Acompanhar e gerir a execução do contrato de concessão, bem como do contrato firmado com o verificador independente;

6.1.3. Desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução do contrato;

6.1.4. Manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da **CONVENIADA** todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao contrato de concessão;

Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

6.1.5. Demandar formalmente a **CONVENIADA** para o assessoramento econômico-financeiro e/ou jurídico necessário à adequada gestão do contrato de concessão.

6.2. Da CONVENIADA:

6.2.1. Capacitar o Núcleo Setorial de Parceria instituído pelo **CONVENIENTE** relativo aos conceitos, metodologia, licitação, execução e acompanhamento de contratos de projetos de concessão e parcerias público-privadas;

6.2.2. Prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica, quando demandada, para fins da adequada gestão e acompanhamento do contrato de concessão pela **CONVENIENTE**, compreendendo:

- I - apoiar a análise jurídica do contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação;
- II - dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas.

Parágrafo Único: O assessoramento a ser prestado pela **CONVENIADA** se limita ao âmbito do contrato de concessão e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO, devendo ser observado o disposto no item 3.2 e subitem 3.2.1 para o caso de assessoramento para fins de celebração de futuros termos aditivos ou de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

7.1. O CONVÊNIO poderá ser extinto em razão:

- a) do término do prazo de vigência;
- b) de acordo entre os convenientes;
- c) de denúncia unilateral de qualquer dos convenientes, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro partícipe, não sendo devido o pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza em decorrência do término do CONVÊNIO.

7.2. Os convenientes definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do item 7.1.





Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

É de responsabilidade do **CONVENIENTE** proceder à publicação do extrato do instrumento a ser celebrado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM.

CLÁUSULA NONA – DO ANEXO

Vincula-se ao presente CONVÊNIO o Anexo I – Plano de Trabalho e dele fazendo parte integrante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Aplica-se ao CONVÊNIO, no que couber, o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente o art. 116 do referido diploma legal.

10.2. Os casos omissos serão, sempre que possível, resolvidos amigavelmente entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Os convenientes elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente CONVÊNIO, que será assinado pelos convenientes em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2018.

Josué Costa Valadão
Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Patrícia De Salés Chaves Maruch
Patrícia De Salés Chaves Maruch
Diretora de Iluminação Pública

Pedro Meneguetti
Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S/A

Patrícia de Figueiredo e Paula
Patrícia de Figueiredo e Paula
Assessora Jurídica
Delegação - Portaria PGM Nº 29/2018

Soraya de Fátima Mourão M. Lage
Soraya de Fátima Mourão M. Lage
Diretora Executiva
PBH ATIVOS S/A

Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

I – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre o Município de Belo Horizonte e a PBH Ativos S.A. para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão para a delegação da prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.

II – METAS A SEREM ATINGIDAS

Meta 1: Assessoramento técnico de natureza jurídica para fins da adequada gestão pelo Município de Belo Horizonte e acompanhamento do contrato de concessão administrativa para a delegação da prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

Meta 2: Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira para fins da adequada gestão pelo Município de Belo Horizonte e acompanhamento do contrato de concessão administrativa para a delegação da prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

III – FASES DE EXECUÇÃO

Fase 1: Assessoramento técnico de natureza jurídica

Etapas/Fase	Definição	Especificação
1.1	Análise jurídica do contrato de concessão	Análise jurídica do contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação, limitada ao âmbito do contrato de concessão da delegação da prestação dos serviços de iluminação pública e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do CONVÊNIO.

Fase 2: Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira

Etapas/Fase	Definição	Especificação
2.1.	Análise econômico-financeira do contrato de concessão	Análise econômico-financeira dos valores do contrato para fins de dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas, limitada ao âmbito do contrato de concessão da delegação da prestação



Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

		dos serviços de iluminação pública e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do CONVÊNIO.
--	--	---

IV – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PELOS CONVENIENTES

4.1. O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os CONVENIENTES ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária, no limite das responsabilidades atribuídas à PBH ATIVOS no subitem 6.2 deste Plano de Trabalho.

4.2. As atividades indispensáveis ao adequado assessoramento do contrato de concessão que não estejam previstas no CONVÊNIO como de responsabilidade da PBH Ativos poderão ser objeto de termo aditivo e, conforme sua natureza, ensejarão a necessidade de ressarcimento por parte do Município de Belo Horizonte.

4.3. O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, documentado na ata de reunião do dia 24/11/2016, e será previamente aprovado pelo Município de Belo Horizonte, conforme planilha e documentos comprobatórios da realização das despesas.

V – PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse entre os convenientes, respeitado o limite de 60 (sessenta) meses.

VI – DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. Do Município de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura:

- a) designar formalmente o Núcleo Setorial de Parceria conforme determinação do art. 4º da Resolução CGP nº 001/2017, certificando-se que os membros tenham disponibilidade e dedicação prioritária para com os assuntos correlatos à PPP de iluminação pública, devendo a equipe, tanto quanto possível, ser composta por profissionais capacitados na área técnica correlata às atividades fins do Município, na área jurídica e na área econômico-financeira;
- b) acompanhar e gerir a execução do contrato de concessão, bem como do contrato firmado com o verificador independente;
- c) desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução do contrato;
- d) manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da PBH ATIVOS todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao contrato de concessão;

53 42 ✓

7



Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

a) demandar formalmente a PBH ATIVOS para o assessoramento econômico-financeiro e/ou jurídico necessário à adequada gestão do contrato de concessão de iluminação pública.

6.2. Da PBH Ativos S.A.:

a) capacitação do Núcleo Setorial de Parceria instituído pelo Município de Belo Horizonte relativo aos conceitos, metodologia, licitação, execução e acompanhamento de contratos de projetos de concessão e parcerias público-privadas;

b) quando demandada, prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica para fins da adequada gestão e acompanhamento do contrato de concessão de iluminação pública pelo Município de Belo Horizonte, compreendendo:

I - apoiar a análise jurídica do contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação;

II - dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas.

Parágrafo Único: O assessoramento a ser prestado pela PBH Ativos se limita ao âmbito do contrato de concessão e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO, devendo ser observado o disposto 4.3 deste Plano de Trabalho para o caso de assessoramento para fins de celebração de futuros termos aditivos ou de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

VII – EXTINÇÃO

O CONVÊNIO poderá ser extinto em razão:

- a) do término do prazo de vigência;
- b) de acordo entre os convenientes;
- c) de denúncia unilateral de qualquer dos convenientes, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro partícipe, não sendo devido o pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza em decorrência do término do CONVÊNIO.

Parágrafo Único: Os convenientes definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do *caput*.



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Processo nº 01-015.673/18-75

Convênio de Mútua Cooperação que entre si celebram o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e a PBH Ativos S.A para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

VIII – DA PUBLICAÇÃO

É de responsabilidade do Município de Belo Horizonte proceder à publicação do extrato do instrumento a ser celebrado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM.

g 60 48
Y

9



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

DOM
Diário Oficial do Município

Sábado, 26 de Janeiro de 2019 Ano:XXV - Edição N.: 5701

Poder Executivo

AA-Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

EXTRATO

EXTRATO DO CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO

Processo nº 01-015.673/18-75

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

CONVENIADA: PBH ATIVO S.A.

Objeto: Mútua cooperação técnica entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA para o acompanhamento do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão para a delegação da prestação dos serviços de iluminação pública do Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.

Valor: O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os CONVENIENTES ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária, no limite das responsabilidades atribuídas à CONVENIADA constante do subitem 6.2 da Cláusula Sexta do CONVÊNIO.

Prazo: O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse entre os convenientes, respeitado o limite de 60 (sessenta) meses.

Data de assinatura: 03.12.2018.

Registro na SMOBI: 23.01.2019 - Livro: 01 - Folha: 62.